

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUTOSCOPIA COMO ESTRATÉGIA PARA FAVORECER A INCLUSÃO DE ALUNOS SEM FALA ARTICULADA

Thatyana Machado Silva

Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes

Carolina Rizzotto Schirmer

Programa de Pós Graduação em Educação / Faculdade de Educação

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Eixo temático: Território Escola

Categoria: Apresentação oral

Resumo Simples

O presente trabalho tem o objetivo de analisar como os professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) têm se apropriado dos recursos de Tecnologia Assistiva (TA), mais especificamente de Comunicação Alternativa, para garantir a inclusão escolar de alunos sem fala articulada. O projeto se desenvolverá em forma de pesquisa colaborativa entre a pesquisadora, os professores das SRM e os professores da sala de aula regular – ambos trabalham na prefeitura municipal do Rio de Janeiro – que tiverem em sua turma ao menos uma criança sem fala articulada. Após participarem de um curso de formação em TA, os professores das SRM realizaram a filmagem dos atendimentos aos seus alunos sem fala funcional, para uma posterior análise através do processo de autoscopia. A partir dos vídeos apresentados foram levantadas categorias comportamentais dos professores e alunos a fim de observar como os professores têm utilizado a Comunicação Alternativa em seus atendimentos e como a autoscopia dos vídeos influencia a prática pedagógica do professor do AEE. Posteriormente, serão realizadas filmagens e/ou observações na sala de aula regular onde esses alunos estão matriculados, de modo a analisar como ocorrem nos demais espaços do ambiente escolar a utilização dos recursos de TA ofertados na SRM. O projeto de pesquisa encontra-se na fase de levantamento de categorias para análise dos vídeos produzidos, portanto o artigo fará uma breve análise das categorias levantadas até o presente momento, buscando identificar como tem acontecido a prática do AEE com os alunos envolvidos na pesquisa.

COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUTOSCOPIA COMO ESTRATÉGIA PARA FAVORECER A INCLUSÃO DE ALUNOS SEM FALA ARTICULADA

Eixo temático: Território Escola

Categoria: Apresentação oral

Resumo Expandido

Para reinventar uma prática educativa que se propõe à busca da inclusão de modo a conquistar uma equidade social e escolar das pessoas com deficiência, é preciso ajustá-la à lógica dos avanços que o sistema educacional tem apresentado em relação às propostas de políticas públicas que garantem melhores condições e estruturas para acolher essas pessoas. Na busca de lidar com esse desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão, o governo federal brasileiro tem fomentado significativas ações em diversas áreas do serviço público como parte de um ideal que tem sido denominado “política de inclusão social”, cuja intenção é a democratização do espaço escolar. Nessa perspectiva, foi criado o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para garantir o acesso, a permanência e a oferta de uma educação de qualidade para o educando com deficiência que realize a sua matrícula na rede regular de ensino. Diante dessa desafiadora proposta, emergem algumas dúvidas em relação ao modelo de inclusão presente no cotidiano escolar. Afinal, como se dá o processo de articulação entre o professor de AEE e o professor da sala de aula comum? Quais recursos de Tecnologia Assistiva (TA) ele tem disponíveis? Esses recursos que o aluno usa no AEE são disponibilizados para o uso na sala regular? Tais questionamentos foram o ponto de partida para a elaboração do presente projeto de pesquisa que tem como objetivo geral a intenção de analisar como os professores das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) têm se apropriado dos recursos de TA, mais especificamente de Comunicação Alternativa, para garantir a inclusão escolar de alunos sem fala articulada. A delimitação do campo de estudo com base nesses alunos se deu devido à abrangência do público alvo da Educação Especial. Portanto, o projeto de pesquisa aqui proposto restringiu a análise da atuação do professor do AEE com alunos que tenham deficiência física, deficiência intelectual, autismo ou deficiência múltipla como impedimento para produzir a fala funcional e que recebam o atendimento em SRM. Como objetivos específicos pretende-se: a) Analisar a interação dos professores com os alunos atendidos nas SRM; b) Analisar como ocorre, na prática, a troca de saberes entre professores das SRM e professores da

sala de aula regular, de modo que os alunos sem fala articulada tenham a possibilidade de utilizar os recursos usados no AEE nos demais espaços do ambiente escolar; c) Analisar como o processo de autoscopia influencia na prática pedagógica. O projeto faz parte de uma pesquisa de mestrado e se desenvolverá em forma de pesquisa colaborativa entre a pesquisadora, os professores das SRM e os professores da sala de aula regular – ambos trabalham na prefeitura municipal do Rio de Janeiro – que tiverem em sua turma ao menos uma criança sem fala articulada. Os professores da SRM que são sujeitos dessa pesquisa estão participando de uma investigação em curso, intitulada “A Formação Continuada de Professores das Salas de Recursos Multifuncionais do Rio de Janeiro em Tecnologia Assistiva”, coordenada por Schirmer e Nunes (2013). Nesse estudo ainda em andamento, os participantes – vinte e dois professores das SRMs do Rio de Janeiro, ligados às doze Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) da cidade – receberam formação em um curso de 44 horas de duração, por aproximadamente um ano. Durante o curso de formação continuada, os professores foram ensinados a planejar, implementar e avaliar recursos de TA para atender alunos do Ensino Fundamental que apresentem severos comprometimentos em sua comunicação oral. Nesta pesquisa, Schirmer e Nunes contam com a colaboração de profissionais que trabalham na Oficina Vivencial de Ajudas Técnicas para Ação Educativa (OV), um serviço oferecido pelo Instituto Municipal de Educação Helena Antipoff (IHA), órgão da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Este estudo constitui um projeto piloto para a implantação de SRM de referência no município do Rio de Janeiro, onde estas serão um espaço de referência e difusão de TA nas doze CREs, oferecendo estratégias pedagógicas e conhecimento para os demais professores das SRM convencionais. Após participarem do curso de formação em TA, os professores das SRM realizaram a filmagem dos atendimentos aos seus alunos sem fala funcional, para uma posterior análise dos vídeos através do processo de autoscopia. A partir do material apresentado foram levantadas categorias comportamentais dos professores e alunos a fim de observar como os professores têm utilizado a Comunicação Alternativa em seus atendimentos e como a autoscopia dos vídeos pode influenciar na prática pedagógica do professor do AEE. A palavra “autoscopia” é composta pelos termos “auto” e “scopia”. O primeiro trata de uma ação realizada pelo próprio sujeito e o segundo refere-se a escopo (do grego skoppós e latim scopu), que quer dizer objetivo, finalidade, meta, alvo ou mira. Sendo assim, a proposta de autoscopia diz respeito a uma ação na qual o eu se analisa em torno de uma finalidade, a partir de um objetivo específico. Segundo Sadalla e Laroca, o processo de autoscopia pode ser descrito da seguinte maneira: A autoscopia vale-se do recurso de videogravação de uma prática, visando à análise e autoavaliação por

um ou mais protagonistas dessa prática. Por meio da videogravação objetiva-se apreender as ações do ator (ou atores), o cenário e a trama que compõem uma situação. O material videogravado é submetido a sessões de análise a posteriori da ação os quais se destinam a apreensão do processo reflexivo do ator (ou atores), através de suas verbalizações durante a análise das cenas videogravadas. (2004, p. 421). Em um terceiro momento, serão realizadas filmagens e/ou observações na sala de aula regular onde esses alunos estão matriculados, de modo a analisar como ocorrem nos demais espaços do ambiente escolar a utilização dos recursos de TA ofertados na SRM. Os vídeos apresentados pelos professores são o material concreto desse trabalho. Após terem concluído o curso de TA, a pesquisa encontra-se na fase de levantamento de categorias para análise dos vídeos produzidos pelos professores de AEE durante o atendimento dos alunos sem fala articulada, bem como os vídeos que registram o momento onde tais professores assistiram suas aulas e realizaram o processo de autoavaliação. Portanto o artigo fará uma breve análise das categorias levantadas até o presente momento, buscando identificar como tem acontecido a prática do AEE com os alunos envolvidos na pesquisa e como a autoavaliação dos professores pode implicar na sua prática pedagógica e no uso de recursos de Comunicação Alternativa durante os atendimentos. Até então, foram levantadas as seguintes categorias para análise e discussão: 1) Categorias Comportamentais do Profissional (comportamentos com o objetivo de ofertar à criança a possibilidade de se comunicar e realizar as atividades). 2) Comportamentos da Criança (comportamentos da criança com o objetivo de estabelecer interações e responder às propostas recebidas). 3) Intenção Comunicativa da Criança (função comunicativa utilizada pela criança com o objetivo de expressar seus interesses, necessidades e seu desagrado). Uma das constatações realizadas, até então, pelos professores das SRMs que fizeram o curso e que têm frequentado o grupo de pesquisa é que as ações propostas para os alunos que possuem o espectro autista e não têm a fala articulada são, em sua maioria, realizadas com o auxílio do PECS adaptado. O PECS (The Picture Exchange Communication System) é um sistema de Comunicação Alternativa que se realiza através da troca de figuras. O usuário que tem a posse do cartão de comunicação realiza a troca do mesmo por algum item que seja de seu interesse. Esta ação ocorre quando o usuário deseja algum objeto concreto, podendo, no entanto, ir além disso através da solicitação de alguma ação ou da expressão de sentimentos, com o objetivo de estabelecer a comunicação com o seu interlocutor. Tal sistema foi desenvolvido por Bondy e Frost (1994) nos Estados Unidos para crianças com TEA e com déficit severo na comunicação oral. O PECS apresenta sete fases e cada uma delas possui seu objetivo específico. O usuário do sistema PECS só pode avançar

para a outra etapa do processo após ter atingido aquilo que se é esperado em cada fase. As crianças que fazem uso do PECS aprendem, primeiramente, a lidar com o seu parceiro comunicativo, oferecendo e/ou recebendo a figura do item desejado, obtendo um resultado concreto e iniciando a comunicação dentro de um determinado contexto. Bondy e Frost (2002) afirmam que as crianças que usam o PECS aprendem primeiro a se comunicar com figuras isoladas, após isso combinam figuras e iniciam processo de aprendizagem das diversas estruturas gramaticais. Os professores que estão envolvidos com a pesquisa acreditam que a Comunicação Alternativa seja um caminho possível para a inclusão desses alunos com deficiências severas de comunicação. A grande maioria reconhece que o curso recebido contribuiu para elaborar melhores estratégias de comunicação com tais alunos durante o AEE, fato que anteriormente não era possível devido à falta de conhecimento ou domínio dos recursos de TA. Embora ainda não tenha sido comprovado na prática, a fala dos professores durante os encontros de pesquisa tem deixado claro que a quantidade excessiva de atribuições do cargo do professor da SRM dificulta o processo colaborativo entre esses profissionais e os professores da sala de aula regular. Os professores apontam, ainda, que essa dificuldade torna-se maior quando os alunos que frequentam a SRM estão matriculados em escolas diferentes dos locais onde recebem o AEE. O atendimento no contra turno também é uma das grandes dificuldades encontradas, visto que muitos pais apresentam dificuldades de se locomover pela cidade e não têm condições de retornar para a escola em outro momento após a aula. Contudo, o uso da CAA na sala de aula regular, bem como nos diversos espaços do ambiente escolar será levantado em um segundo momento dessa pesquisa. Ao final do trabalho espera-se apresentar como tem ocorrido o AEE nas SRMs do Município do Rio de Janeiro com alunos que possuem dificuldades severas de comunicação, podendo apontar como tais alunos se utilizam dos recursos recebidos no AEE para fazer uso de seus direitos de acesso, permanência e recebimento de um ensino de qualidade.

Referências bibliográficas

Araújo, Claudia Alexandra (2012). O ensino colaborativo favorecendo a inclusão de alunos com deficiência física e transtorno global do desenvolvimento nas escolas municipais do Rio de Janeiro . Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento educacional especial, sala de recursos multifuncionais e plano individualizado: desdobramentos de uma fazer pedagógico. In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (Org). Educação Especial e inclusão

escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro: Seropédica - Ed. da UFRRJ, 2011, p. 23 - 45.

Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009b. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Secretaria de Educação Especial.

Netto, Marcia M. Ferreira (2012). A Comunicação Alternativa e a aprendizagem de crianças com autismo, Asperger e Angelman: formação continuada de profissionais de Educação e Saúde. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Nunes , LR, ; Brito, D.; Sant´anna, S.; Togashi, C. ; Walter, C. & Schirmer, C. (2010). como alunos sem fala articulada se comunicam em sala de aula: estudo descritivo das modalidades e funções comunicativas. In E. G. Mendes e M. A. Almeida (orgs). Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva (pp. 191-202). Araraquara: Junqueira & Marins.

SADALLA, A. M., LAROCCA. P. Autoscopia: um procedimento de pesquisa e de formação. São Paulo: Educação e Pesquisa, v.30, n.3, p. 419-433, set./dez. 2004.